



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006303-37.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **BMW Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Michelle Atanazio**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

Trata-se de **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO** com pedido liminar para reaver o veículo descrito a fls. 02, proposta por **BMW FINANCEIRA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** em face de **MICHELLE ATANAZIO**, todos devidamente qualificados.

A liminar pleiteada foi deferida (fls. 65) e na sequência houve a busca e apreensão do bem (fls. 85).

Diante da emenda da mora (cf. fls. 71) o veículo foi devolvido à requerida (fls. 89).

O requerente foi intimado, inclusive, com alerta de que o silêncio importaria na extinção do processo em razão da quitação do contrato, e silenciou, apesar de devidamente intimado (cf. fls. 75, 82 e 90).

É O RELATÓRIO.

DECIDO no estado em que se encontra a **LIDE** por se tratar de questão exclusivamente de direito.

No julgamento do **REsp nº 1.418.593 -MS**, que teve como Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, julgado como **recurso repetitivo** (art. 543-C, do CPC), ficou decidido que "nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária".

A requerida, exercitando seu direito, pleiteou e teve deferida possibilidade de reaver o bem apreendido, quitando a integralidade do contrato (cf. fls. 73).

O requerente foi intimado, inclusive sobre o alegado pagamento integral do contrato e silenciou (fls. 75, 82 e 90).

Dessa forma, ambas as partes obtiveram a tutela jurisdicional pleiteada.

Pelo exposto e o que mais dos autos consta, **JULGO EXTINTA** a presente ação com fundamento no artigo 487, inciso III do CPC.

Fica a requerida condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do banco que fixo, em 10% sobre o valor do depósito efetuado para a quitação do contrato.

Expeça-se mandado de levantamento dos valores depositados em favor do requerente.

Após, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

Publique-se e intinem-se.

São Carlos, 20 de agosto de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**